

FICHA DE SEGUIMENTO
AVALIAÇÃO DO PIC DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2008-2011)

Fevereiro de 2013

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
À Cooperação Portuguesa				
1. Manter o nível de apoio a S. Tomé e Príncipe, reforçando a previsibilidade da ajuda ao nível sectorial, tendo em atenção a necessidade de respeitar os valores inicialmente previstos, o que implica repensar o conceito de extra-PIC.	Camões, IP (DSP)	Aceite parcialmente	Face aos cortes orçamentais já efetuados, não será possível manter os níveis de apoio de 2011, havendo no entanto um esforço para que os projectos mais importantes tenham continuidade compatível com as necessidades do país. O IPAD/futuro Camões I.P. considera fundamental neste processo, a coordenação da ajuda por parte de STP, através da sua Unidade de Coordenação da Ajuda, processo que começou há pouco tempo a dar os primeiros passos.	Os projetos mais importantes, Escola + e Saúde para Todos, mantiveram o apoio. Em agosto de 2012, foram enviadas as fichas de projeto de acordo com modelo da UCA de modo a apoiar o início da UCA. No entanto, por motivos internos santomenses o processo ainda não avançou.
2. Continuar o esforço de concentração da ajuda nos dois eixos (Desenvolvimento Sustentável e Boa Governação) e, dentro de cada um deles, na Saúde e Educação e na Defesa, Segurança Interna, Justiça e Finanças Públicas, respectivamente,	Camões, IP (DPC)	Aceite	O novo PIC, dentro do novo modelo, terá igualmente, a preocupação de concentração da ajuda nos eixos prioritários, que aliás vem já do PIC avaliado, incidindo sobretudo na Saúde, Educação, Finanças, Defesa e Segurança Interna, sempre que possível	Esta proposta de concentração setorial está refletida no novo PIC, cujo texto foi aceite pelas autoridades santomenses em maio de 2012. No entanto, o PIC ainda não foi assinado face à existência de um Governo de transição desde novembro de 2012.

¹ Serviço/Organismo responsável por implementar a recomendação.

² Indicar se a recomendação é aceite ou rejeitada.

³ No caso de aceitação dizer o que o serviço vai fazer para implementar a recomendação. No caso de rejeição, explicar o motivo.

⁴ Explicar o que foi feito no último ano para implementar a recomendação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
com abordagens integradas.			procurando abordagens integradas.	
3. Reforçar a liderança do IPAD , enquanto organismo coordenador da Cooperação Portuguesa para o desenvolvimento.	Camões, IP (DPC)	Aceite parcialmente	Esta recomendação deve ser feita ao IPAD/futuro Camões I.P., enquanto instituição. É necessário que o IPAD reforce a sua capacidade de coordenação junto dos outros atores portugueses. Para tal é necessário consolidar os canais de comunicação e a troca de informação. O reforço da liderança do IPAD carece de vontade e força política por parte do MNE/IPAD enquanto órgão coordenador da cooperação, numa primeira linha.	Na atual legislatura, teve lugar em julho de 2013 uma sessão do Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, um mecanismo privilegiado de diálogo com os parceiros da sociedade civil e do sector privado. No primeiro trimestre de 2013, foi circulada uma Carta de MENE sensibilizando os Ministérios sectoriais para a importância de solicitar parecer prévio ao Camões, I.P. para a prossecução de projetos e ações de Cooperação para o Desenvolvimento. São promovidas reuniões de coordenação com os principais organismos públicos presentes em STP.
4. Melhorar a gestão centrada nos resultados (outcomes) , com definição de indicadores e <i>baseline</i> nas intervenções.	Camões, IP (DPC)	Aceite	É necessário melhorar a gestão centrada nos resultados, mas como novo modelo de PIC, esta preocupação só poderá ser exequível ao nível dos projectos. Para se ter uma gestão centrada nos resultados têm que existir baselines. Esta informação deve ser fornecida pelo país parceiro, pela Embaixada ou pelo executor das intervenções. A definição dos indicadores e resultados deveria resultar de um trabalho conjunto (DSP, CGI, GAAI, STP e executores). É	Com vista a promover uma gestão centralizada nos resultados, está a ser elaborada uma Matriz de Indicadores que deverá fazer parte do PIC e onde constarão, por projeto, pontos de partida, indicadores e metas.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
			necessário formação neste domínio quer para os funcionários do IPAD, quer para os outros executores, bem como um trabalho conjunto e contínuo com o GAAI para melhorar a gestão centrada nos resultados, através da definição de indicadores e de outcomes.	
5. Realizar um acompanhamento mais estreito e eficaz do contributo da Cooperação Portuguesa para os ODM em S. Tomé e Príncipe.	Camões, IP (DPC)	Aceite	Embora isso fosse o ideal, a gestão com base nos resultados implicaria uma mudança de fundo na forma de trabalhar do IPAD, no seu todo. Todavia, a CGI fará esforços no sentido de aproximar, ao nível dos projectos, o mais possível de uma abordagem “com base nos resultados”	Assim que tivermos uma gestão centrada nos resultados será mais fácil saber qual é o contributo da Cooperação portuguesa para os ODM. Será reforçada o trabalho no sentido de procurar uma maior correspondência entre os objectivos das intervenções e os resultados e em que medida estes contribuem para os ODM. Este acompanhamento deverá feito com CGI, DSP, Adido da Cooperação e as autoridades são-tomenses, designadamente a Direcção de Cooperação Bilateral.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
	Camões, IP (DAB)	Aceite	O acompanhamento dos projectos deverá passar a ter em consideração o impacto da cooperação portuguesa nos ODM.	A inexistência de dados não permite “medir” este impacto. Contudo é uma área a trabalhar.
6. Melhorar o acompanhamento global do PIC tentando encontrar indicadores de efeitos adequados à monitorização do programa.	Camões, IP (DPC)	Aceite	Deverá ser reforçada e trabalhada a informação sobre os Indicadores e Metas de modo a que monitorização dos projectos possa ser mais fácil de realizar e que tenha maior objectividade. No entanto, o novo modelo de PIC, que está a ser desenhado sob orientação da Tutela poderá não facilitar este objectivo.	Recomendação só poderá ser implementada após a criação da Matriz de Indicadores e após a criação da comissão de acompanhamento do PIC, a qual só será criada após a assinatura do PIC. Ao nível dos PPA é uma área a trabalhar.
	Camões, IP (DAB)	Aceite	Articular os objectivos, resultados, indicadores dos projectos com os objectivos, resultados e indicadores do PIC.	Ainda não foi assinado novo PIC com STP.
7. Fomentar, na área da Saúde , a apropriação das intervenções; reforçar a autonomia de gestão na Ilha do Príncipe e consolidar o “Saúde para Todos – Especialidades”, no sentido da sua maior sustentabilidade.	IMVF	-	-	-
8. Rever, no setor da educação, a vertente de implementação na Região Autónoma do Príncipe do projecto “ Escola + ”, dadas as disfuncionalidades existentes.	IMVF		Propomos a alteração da palavra “disfuncionalidades” por “especificidades”. Não são apresentadas as “disfuncionalidades” detectadas pelo que nos é difícil argumentar contra esta frase. Alertar para a necessidade de ter	Desde 2001 que é feito acompanhamento regular aos professores são-tomenses colocados na Região Autónoma do Príncipe. Este acompanhamento foi iniciado no ano em que se iniciou a implementação da revisão curricular e teve como objetivo assegurar a sua correta implementação.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
			<p>uma abordagem que responda às especificidades da Ilha do Príncipe parece-nos mais adequado e neste ano lectivo a estratégia do Projecto já se alterou, precisamente para dar resposta a este facto. Quanto a resultados do projecto no Príncipe, as estatísticas demonstram um efeito muito positivo com a implementação da revisão curricular, à imagem das restantes escolas secundárias.</p>	<p>O acompanhamento mantém-se até hoje, e é realizado através de missões dinamizadas pelos professores cooperantes colocados em S. Tomé no âmbito do projeto. A regularidade destas missões permite garantir a cobertura em todas as disciplinas e cursos de educação profissional.</p> <p>No ano letivo 2011/ 2012 o ensino secundário na Região Autónoma do Príncipe foi reforçado com a colocação do professor cooperante Paulo Rodrigues. No ano seguinte, a colocação da professora cooperante Joana Latas viria a contribuir mais ainda para o reforço do acompanhamento.</p> <p>Estes esforços têm procurado responder às necessidades específicas ao nível do ensino secundário na Região Autónoma do Príncipe, caracterizado por uma situação de dupla insularidade.</p>
<p>9. Promover a articulação entre as intervenções “Escola +” e formação profissional de “Budo-Budo”, na vertente profissionalizante.</p>	IMVF	Aceite	<p>Esta articulação já está a ser feita e pensamos também que é necessário aprofundar esta ligação.</p>	<p>Têm vindo a ser mantidos contactos regulares informais com o Centro de Formação Profissional do Budo-Budo.</p>
	IEFP	-	-	-
<p>10. Incluir a Gestão de Risco, quer na concepção do novo PIC, (com ênfase para a análise, planeamento de cenários e uso de instrumentos de</p>	Camões, IP (DAB)	Aceite	<p>Ainda que com diferente terminologia, a gestão do risco sempre foi um aspecto objecto de análise em contexto de aprovação de projectos de cooperação</p>	<p>Nada a acrescentar.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
ajuda especializados), quer nas intervenções, como forma de aumentar a qualidade da ajuda. As intervenções deverão integrar a análise do risco nos seus documentos de projecto e deve ser feita uma gestão desse risco, explicitando-a nos relatórios de acompanhamento.			bilateral. Pode-se dizer que a questão da gestão do risco já está incluída nos pontos D. “factores externos” e E. “viabilidade e sustentabilidade”, que estão previstos nos formulários de apresentação de projectos ao IPAD.	
	Camões, IP (DPC)	Aceite	A concepção do PIC, de acordo com o novo modelo já tem em consideração alguns aspectos genéricos ligados à Gestão do Risco e os mesmos serão tidos em consideração no acompanhamento do mesmo.	O modelo de PIC apresentado às autoridades santomenses já tem alguns aspetos relacionados com a gestão do risco. A recomendação só será implementada após assinatura do PIC.
11. Fortalecer a articulação com outros doadores, nomeadamente nos sectores da educação e da saúde.	Camões, IP (DPC)	Aceite	O IPAD/futuro Camões I.P. irá reforçar o diálogo com a antena da CP no terreno com vista a uma maior articulação entre os doadores, procurando identificar sinergias sobretudo nas áreas da educação e da saúde	Já existe um reforço do diálogo com a estrutura da Cooperação Portuguesa em STP. Elaboração conjunta de documento e acompanhamento das ações dos outros doadores.
	Camões, IP (DAB)	Aceite	Concorda-se com a recomendação, mas afigura-se que a sua concretização só pode ser promovida a partir do terreno, ou seja, implica outro tipo de trabalho ao nível dos Serviços de Cooperação das Embaixadas.	A tem vindo a ser promovida a identificação de parcerias com outros doadores a partir do terreno potenciando visitas ao país de possíveis parceiros bilaterais e multilaterais.
	Embaixada de Portugal em S. Tomé	Aceite	A Embaixada continuará disponível para contribuir para o fortalecimento da articulação com outros doadores nomeadamente nos sectores da saúde e da educação.	Temos procurado concretizar este objetivo, mas não o conseguimos a 100%. Antes de mais devido a algumas particularidades de STP. A primeira, prende-se com a circunstância de o segundo parceiro de

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>cooperação, logo a seguir a Portugal, ser Taiwan, país que não é reconhecido por nós como Estado e com o qual não poderão, assim, desenvolver-se relações institucionais.</p> <p>A segunda consiste no facto de existirem muito poucas Embaixadas em STP, o que naturalmente dificulta os contactos regulares com os representantes desses Estados. A este respeito poderia ser útil que o CICL, através das nossas missões nessas capitais, procurasse obter informação sobre os respetivos programas de cooperação. Um cruzamento mais eficaz das matérias de relevo e da informação entre o MNE e o CICL seria igualmente benéfico.</p> <p>Vimos adotando uma filosofia de transversalidade na cooperação, aproveitando mais-valias e criando sinergias com os demais parceiros doadores. Mas outras entidades têm também de ser envolvidas. Relembro o caso de uma reunião de Ministros de Ambiente, financiada pelo Japão no quadro do PNUD, que deveria ter tido lugar em STP. Não chegámos a saber se algumas diligências foram ou não feitas com vista a transferir a verba de financiamento para o corrente ano.</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>Destaco a importância de os assuntos terem sempre follow-up e de tal follow-up ser dado conhecimento à Embaixada, sem exceções.</p> <p>Outro exemplo, no quadro do projeto Saúde para Todos - a Embaixada envia regularmente elementos sobre o trabalho de investigação científica aqui desenvolvido pelas equipas médicas portuguesas. Temos também transmitido a informação diretamente à delegação da OMS aqui, mas a nossa Missão em Genebra deveria igualmente poder promover contactos com a sede, passando a informação atempadamente. Poderíamos assim conseguir apoios financeiros da Organização. Idem para as demais Organizações e para outros temas.</p> <p>Para melhorar a implementação desta recomendação, conto instruir o Adido de Cooperação no sentido de passar a contactar mensalmente os demais doadores (nomeadamente em Libreville) e enviar à Secretaria de Estado um relatório regular sobre o tema.</p>
<p>12. Ter em atenção, nos programas de formação, as especificidades do país e ser mais consentâneos com o contexto de fragilidade de S. Tomé e Príncipe.</p>	<p>IPAD (CGI)</p>	<p>Aceite</p>	<p>Embora isso já seja uma preocupação na definição das formações a implementar, podem ser trabalhados sistemas de avaliação prévia de conteúdos vs. necessidades.</p>	<p>-</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
	MAI/DGAI	Aceite	Os programas DGAI/MAI estão vocacionados para darem resposta a essas fragilidades existentes, mas podem sempre ser melhorados. Para tal, o OL/MAI envia informação actualizada e atempada que é canalizada para os assessores/formadores responsáveis pela implementação das acções.	A informação relativa a cada atividade tem vindo a ser feita em sentido duplo: FSS portuguesas informam sobre os conteúdos, materiais necessários e as capacidades mínimas de participação dos formandos; o OL informa das expectativas e objetivos a alcançar pretendidos, limitações logísticas e caracterização dos formandos. Resulta uma ação com mais eficácia e eficiência, poupança de tempo (mais tempo de formação), melhoria dos resultados, melhor interação pessoal entre formador e formandos, mais satisfação das entidades destinatárias e maior satisfação profissional do formador.
	Ministério das Finanças (GPEARl)	Rejeitada	<p>Os peritos do MF procuram adequar os programas de formação às especificidades do país. As acções de formação são, frequentemente, antecedidas de acções de assistência técnica que permitem conhecer a realidade local.</p> <p>O gestor local do Programa, assim como os pontos focais dos vários serviços do MF, em conjunto com as autoridades santomenses, definem os conteúdos a abordar nas formações e procuram disponibilizar a legislação e informação necessárias à preparação das acções de formação.</p>	<p>Os peritos do MF continuaram a adequar os programas de formação às especificidades do país. As ações de formação foram, frequentemente, antecedidas de ações de assistência técnica o que permitiu conhecer a realidade local e adaptar os conteúdos às especificidades do país.</p> <p>Os vários intervenientes no processo de preparação das ações (gestor local do Programa e pontos focais dos vários serviços do MF), em conjunto com as autoridades santomenses, definiram os conteúdos a abordar nas formações e procuram disponibilizar legislação e</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				informação necessárias à preparação das mesmas.
	IEFP	-	-	-
Às Autoridades Santomenses				
13. Os Ministérios da Educação e da Saúde de S. Tomé e Príncipe devem ter um maior envolvimento na aprovação e publicação célere da legislação necessária aos sectores, condição necessária para a sustentabilidade dos projectos.	Autoridades santomenses	-	-	-
14. As autoridades santomenses devem promover um maior envolvimento e articulação com a Cooperação Portuguesa, quer na programação quer na implementação, para potenciar a apropriação e a sustentabilidade dos projetos.	DGAI/FSS/MAI	Aceite	Por via da articulação realizada pelo OL/MAI junto das autoridades santomenses, os programas de cooperação anual são, na sua totalidade, uma resposta às necessidades apresentadas pelo Ministério do Interior de STP, respondendo também, por vezes, as solicitações dos Gabinetes do PM e PR, nomeadamente nas áreas da segurança de dirigentes do Estado.	Cumprir dizer que o envolvimento das autoridades tem vindo a ser mais incisivo. Após a recolha das prioridades da parte das autoridades santomenses, a DGAI elabora e fundamenta o PAC. No entanto, antes de o remeter ao Camões a proposta final, de preferência já com a calendarização, é submetida ao parecer do ministro da tutela da segurança interna e proteção civil santomense. Contudo, deve ficar claro que a expectativa sobre o envolvimento das autoridades santomenses deve ser visto com muito cuidado. As limitações logísticas, de experiência, capacidade organizativa e na definição de novas áreas de formação ou assessoria são enormes. Por isso mesmo, como exemplo, a enorme dificuldade que há

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				em realizar ações de formação pedagógica e técnica para formadores. A prudência é um fator a ter em conta.
	Autoridades santomenses	-	-	-
15. As autoridades santomenses devem operacionalizar a Unidade de Coordenação da Ajuda pondo em prática o processo de coordenação e complementaridade desse apoio, dada a importância do apoio externo no quadro do orçamento nacional.	DGAI/FSS/MAI	Aceite	Não obstante, sendo a cooperação técnico-policial portuguesa financiada na totalidade pelo Estado português, tem de se analisar o formato da complementaridade santomense.	A cooperação técnico-policial requer pessoal em dedicação exclusiva para acompanhar, coordenar, supervisionar e executar. É necessária formação e, para tal, é essencial que as autoridades máximas da tutela reconheçam a importância da existência e funcionalidade de tal estrutura. Pela sua especificidade, coloca-se a questão de realizar uma ação de formação/assessoria nesta área, independente do PCTP, e assegurada por quadros técnicos especializados do Camões, ICL.
	Autoridades santomenses	-	-	-
16. As autoridades santomenses devem, no mais curto prazo possível, atualizar ou elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) de modo a permitir aos doadores internacionais a definição das suas estratégias de cooperação.	DGAI/FSS/MAI	Aceite	No caso da cooperação técnico-policial não é tão premente.	As necessidades básicas de formação, organização e atuação ainda são a prioridade. A satisfação (insuficiente) das necessidades em fardamento e equipamentos na segurança pública e proteção civil são constantes e praticamente são asseguradas apenas por Portugal.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				Aqui haveria, eventualmente, a realizar uma análise da situação, de forma a PT poder depois sensibilizar as autoridades para a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma nova Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP)
	Autoridades santomenses	-	-	-
17. As autoridades santomenses devem continuar a envidar esforços, por exemplo, através de abordagens Bi/Multi ou outras, no sentido de encontrarem financiamentos para a reabilitação e construção de escolas secundárias.	Autoridades santomenses	-	-	-
À Cooperação Portuguesa e às Autoridades Santomenses				
18. Promover a harmonização , nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, dada a importância de Portugal enquanto principal doador	Camões, IP (DPC, DAB)	Rejeitada	O IPAD pode fazer pouco, a não ser evitar aprovar apoios que se saibam ser redundantes. Este trabalho só pode ser mais efectivo se partir do terreno e se houver outra capacidade de liderança por parte das autoridades santomenses.	O CICL não tem concedido apoios que se revelem coincidentes; tem sido promovida a articulação entre as várias ações no terreno.
	Embaixada de Portugal em S. Tomé	Aceite	A Embaixada continuará disponível para contribuir para o fortalecimento da harmonização, nomeadamente nos sectores da saúde e da educação, dada a importância de Portugal enquanto principal doador.	Entendo esta recomendação como significando uma ação de coordenação transversal por parte da Embaixada, ação essa que temos vindo a desenvolver e de que damos conta regularmente.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>A título de exemplo, procurámos ligar, desde logo, o programa da Gulbenkian para a formação de professores do ensino básico com o projeto Escola+, por incluir também uma vertente de formação de professores, mas relativa ao ensino secundário. O objetivo foi sensibilizar os agentes e também o Ministro da Educação para a necessidade de se assegurar a uniformidade dos procedimentos dado que se trata em rigor da formação de professores de um ensino que se pretende uno.</p> <p>Além disso, promovo a realização periódica de reuniões de ONGD portuguesas que operam em STP, com vista ao incremento da interação, conhecendo-se as mais-valias de cada uma e estudando-se as possibilidades de complementaridade não apenas entre estas organizações, mas também com outros atores como o Instituto Marquês de Valle Flôr. Igualmente têm lugar encontros com os representantes deste Instituto.</p> <p>Realizam-se reuniões periódicas com os professores portugueses do projeto Escola+ e do IDF, e a Direção do projeto Escola+, assim como entre aqueles os professores portugueses de Língua</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				<p>Portuguesa e a Leitora do Camões. Esta Leitora foi por mim incumbida de prestar um maior e mais eficaz apoio ao setor da educação, no que à cooperação portuguesa diz respeito.</p> <p>Chamo a atenção para a premente necessidade de serem harmonizados os procedimentos relativamente à intervenção neste país de autarquias portuguesas que desenvolvem programas de cooperação autónomos, sem que dos mesmos seja dado qualquer conhecimento à Embaixada nem a montante nem a jusante. Tal harmonização e coordenação terão obviamente de ser desenvolvidas a nível do MNE português. Dou nomeadamente o exemplo da construção de um centro cultural no Príncipe, com financiamento total de uma Câmara municipal portuguesa, que acaba por fazer concorrência ao nosso Centro Cultural e que não tinha qualquer lógica do ponto de vista da cooperação portuguesa e dos interesses nacionais neste país.</p> <p>Não está obviamente em causa a autonomia das autarquias, mas afigura-se imprescindível uma coordenação central, sob pena de a imagem de Portugal poder ficar beliscada. Neste aspeto, julgamos que um papel de coordenação mais interveniente por</p>

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
				parte do MNE/CICL poderia ser útil. Para melhorar a implementação desta recomendação conto enviar relatórios regulares com pontos de situação, sobretudo nos setores da educação e saúde.
	Autoridades santomenses	-	-	-
19. Reforçar a articulação entre as intervenções da Saúde e Educação e os Ministérios da Saúde e Educação de S. Tomé e Príncipe, respectivamente.	Camões, IP (DAB)	Rejeitada	Isto passa muito pelo trabalho de campo, dos executores e da Embaixada, sendo que a CGI pode fazer pouco para melhorar esta articulação.	-
	Camões, IP (DPC)	Aceite	No decorrer do PIC será reforçada a troca de informações entre os departamentos do IPAD e o promotor dos projetos com vista a uma maior articulação entre as duas intervenções.	O reforço da articulação está em curso tanto a partir das estruturas coordenadoras na sede como no terreno onde a coordenação com as autoridades santomenses exige especial atenção. Área a reforçar.
	Autoridades santomenses	-	-	-
20. As autoridades santomenses devem reafirmar a Segurança Alimentar como uma prioridade para S. Tomé e Príncipe. O apoio da Cooperação Portuguesa deverá ser equacionado num contexto de concentração de ajuda e recursos escassos.	Camões, IP (DPC)	Aceite, parcialmente	O IPAD/futuro Camões I.P. considera a segurança alimentar uma prioridade para o país, mas, por razões de carácter orçamental e de concentração sectorial, não deverá ser equacionado o seu apoio. No entanto, o IPAD/futuro Camões I.P. considera importante a continuação deste programa. Sob pena	Esta recomendação não está no âmbito das áreas de concentração setorial do PIC. A sua concretização dependerá de instruções superiores e dos pedidos das autoridades santomenses.

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
			de se perder o investimento já realizado. Poderá ser equacionado a possibilidade de uma candidatura à dos Atores não Estatais da UE específica para este país.	
	Autoridades santomenses	-	-	-
21. Pela importância de que se reveste no quadro da Boa Governação e Estado de direito, a Cooperação Portuguesa deverá repensar com S. Tomé e Príncipe formas de dinamizar a cooperação no sector da Justiça .	Camões, IP (DPC)	Aceite	<p>O sector da justiça sempre foi uma área de intervenção da CP em STP. No entanto, sofreu um grande abrandamento em virtude de STP ter demorado muito tempo a “adoptar” a legislação produzida com o apoio da CP. Este facto, associado à falta de disponibilidade financeira quer da parte do IPAD quer do Ministério da Justiça e ao reforço de outras áreas de cooperação, fez com que a cooperação fosse menos intensa.</p> <p>Devido a restrições orçamentais terá que se pensar noutras formas de dinamização do sector, que poderão passar por assistência técnica portuguesa financiada por outros doadores. Assim, deverá haver mais troca de informação quer com as estruturas no terreno (Embaixada e UCA), quer entre o IPAD e MJ no sentido de se encontrar formas de dinamizar mais o sector.</p>	Foi feita uma análise do setor e do apoio concedido que foi partilhado com o M. Justiça tendo em vista uma dinamização sustentada da cooperação no setor.
	Ministério da Justiça	-	-	-

RECOMENDAÇÕES	SERVIÇO RESPONSÁVEL ¹	ACEITE OU REJEITADA ²	JUSTIFICAÇÃO ³	SEGUIMENTO ⁴
	Autoridades santomenses	-	-	-
22. Melhorar a recolha de informação sobre a empregabilidade dos formandos, na intervenção de “ Budo-Budo ”.	IEFP	-	-	-
	Autoridades santomenses	-	-	-
23. Refletir sobre o número de áreas a apoiar na intervenção “ PICATFin ”, dados os recursos escassos e em função das prioridades santomenses.	Ministério das Finanças (GPEARI)	Aceite	-	<p>O PICATFin 2008-2011 foi desenhado em função das prioridades identificadas pelas autoridades santomenses.</p> <p>Ainda assim, concordamos com a necessidade de se refletir sobre o número de áreas a apoiar através deste programa, dados os escassos recursos e a necessidade de se concentrar o apoio em domínios críticos para o MF-STP.</p> <p>Assim, caso as autoridades santomenses venham a manifestar interesse na continuação da cooperação na área das finanças públicas, o novo PICATFin deverá concentrar-se em tais domínios.</p>
	Autoridades santomenses	-	-	-